



Kátia Maria dos Santos Melo¹

1 Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UNB/ Brasil). Assistente Social e Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará (UEPA/Brasil). Pós-doutora pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-ISCITE). Pesquisadora dos Grupos: Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes (VIOLES-UnB). Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Sociedade, Saúde e Meio Ambiente na Amazônia (GIPSSMAAUEPA); Membro do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena – PPGEI/UEPA-UFPA-UNIFESSPA-UFOPA. Email: katia.melo@uepa.br

Maria Lúcia Pinto Leal¹

1 Pós-doutorado pelo Programa Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Portugal (2008). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (1992), Especialista em Saúde Pública-UFF-RJ (1988) Especialista em Política Social-SER-UnB, (1985) Graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília (1983). Fundadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Violência, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças, Adolescentes e Mulheres - Violes/SER/UnB desde 2002. Professora Emérita, pela UnB, em 2020.

“Ecos da Floresta e o Futuro que Respira: Pluri-infâncias na Amazônia e os 35 anos do ECA sob o calor da COP30”

1. Professora Kátia Melo, considerando os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e seus estudos sobre as infâncias, especialmente nas regiões ribeirinhas, como a senhora analisa os impactos das

grandes obras sobre as infâncias e adolescências que vivem nesses territórios?

Entrevistada: Motivada pelo marco celebratório dos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), proponho analisar as infâncias e adolescências ribeirinhas no interior de um território pluriétnico, multifacetado e marcado por sociabilidades que não se coadunam com a racionalidade capitalista de exploração dos bens comuns. A Amazônia permanece inserida na divisão internacional do trabalho como espaço destinado majoritariamente à oferta de matérias-primas e *commodities* — alumina, ferro, bauxita, ouro, carne, soja, milho, energia — que alimentam o metabolismo econômico dos países centrais. (Melo, 2016)

Esse regime de exploração, historicamente desigual e estruturado por relações comerciais assimétricas, incide de forma direta sobre os povos e territórios amazônicos, produzindo mobilidades compulsórias, violências diversas, insegurança alimentar, desemprego, queimadas, assoreamento de rios e igarapés e um acelerado desequilíbrio socioambiental que reverbera, em escala global, na intensificação da crise climática. Os sujeitos que habitam e migram para o território amazônico constituem, assim, a materialidade mais vulnerável e exposta desse processo.

É nesse contexto que se situam nossas infâncias, cujas origens assumem feições diversas, moldadas por múltiplas matrizes étnico-raciais (Castro; Costa; Ramos, 2024). Elas atravessam as infâncias indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, beiradeiras, urbanas, entre tantas outras (Leal, 2024). No entanto, tais nomenclaturas pouco conseguem traduzir a complexidade e a riqueza desse universo plural das infâncias e adolescências amazônicas.

É igualmente necessário problematizar que essas experiências são atravessadas pelas contradições de um sistema econômico capitalista, que enxerga seu maior patrimônio no acúmulo de riquezas. Esse modelo, ao mesmo tempo em que concentra poder, compromete os direitos humanos e sociais no território. Assim, a Amazônia deixa de ser apenas um espaço de vivências, aprendizados e reproduções socioafetivas, para se configurar sobretudo como uma territorialidade marcada por disputas, lutas e **resistências**.

Refletir sobre as infâncias amazônicas exige compreender a complexidade socioeconômica e a pluralidade étnico-cultural que conformam seus modos de ser e existir. A Amazônia Paraense, cuja extensão física corresponde ao segundo maior estado brasileiro em extensão, com 144 municípios, abrange diferentes realidades ambientais e socioculturais, e demanda o reconhecimento de que as infâncias são múltiplas e organicamente vinculadas aos territórios, cuja configuração extrapola limites legais e métricos. A territorialidade ribeirinha, por exemplo, é tecida por rios, furos, florestas, folhas, sementes, encantados, ritos e cosmologias que compõem uma unidade na diversidade.

A partir da experiência acadêmica e de pesquisa, especialmente junto a povos indígenas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado do Pará, sublinho que as infâncias originárias são plurais e inseparáveis das cosmologias que concebem o território como extensão do corpo, da vida e da memória coletiva. Nos Censos de 2010 e 2022 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) declarou haver no Pará duzentas e vinte e duas etnias e considerou indígena:

(...) a pessoa residente em localidades indígenas que se declarou indígena pelo quesito de cor ou raça ou pelo quesito se considera indígena; ou a pessoa residente fora das localidades indígenas que se declarou indígena no quesito de cor ou raça. (Pará, 2024. P.4)

Os dados apresentados performam um desenho plural, multifacetado, daí, não conceber essas infâncias e adolescências de forma homogênea. Assim, os denominados “projetos de desenvolvimento”, ao se imporem como enclaves do capital nacional e internacional, desestabilizam essa relação vital e produzem danos profundos às crianças e adolescentes.

A experiência da imposição das grandes obras na Amazônia brasileira, como a construção de hidrelétricas e mineradoras; a expansão da monocultura por meio do agronegócio, como também, a flexibilização de licenciamentos ambientais, intensificam um quadro de vulnerabilização que se agrava diante de medidas como a derrubada dos 56 vetos presidenciais ao Projeto de Lei nº 2.159/2021, conhecido como “PL da Devastação”, aprovada em 27/11/2025, paradoxalmente no mesmo período em que o Brasil sediou a Convenção das Partes (COP30) e reivindicava protagonismo na agenda de justiça climática. Tal retrocesso legislativo não representa derrota de um governo, mas da humanidade.

Esses processos fragilizam a saúde e a segurança dos povos amazônicos, gerando adoecimentos, suicídios, violência no campo e nas cidades, violência sexual, exploração sexual, expulsão de territórios e assassinatos (Melo, 2016). A violação sistêmica dos direitos territoriais ameaça diretamente a vida das infâncias e adolescências que aqui vivem.

Proteger o território é proteger as infâncias e adolescências. Não há justiça climática possível sem a salvaguarda dos territórios, o que requer o enfrentamento de proposições legislativas conservadoras, como o Marco Temporal. A luta pelos direitos das infâncias e a adolescências, no contexto, das dos direitos defendidos pelos 35 anos do ECA também perpassa pela necessidade da demarcação de terras dos povos quilombolas, dos povos originários, pela defesa da consulta prévia, livre e informada, preconizada na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em novembro de 2025, em Belém (PA), a Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe para centralidade das pautas da agenda 2030 a questão do equilíbrio ambiental *versus* crise climática mundial:

As discussões apontam para a necessidade da adoção e pactuação de políticas em escalas local, regional e transnacional, inclusive preconizadas nos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em que o respeito a diversidade de povos, formas de vida e expressões culturais, entendendo, sobretudo, que as ameaças e violações reiteradas ao ecossistema amazônico, como a crise climática, poluição do ar e a perda da biodiversidade, colocam em risco a humanidade (Melo *et all.* 2025, P.20)

A COP30, realizada em Belém, reuniu 195 países e mais de 42 mil participantes (Brasil, 2025). A carta intitulada “Pacote de Belém”, elenca alguns acordos possíveis mais ainda na perspectiva de reparação e mitigação, como, transição energética, financiamento da adaptação, gênero, comércio e tecnologia.

Entretanto, debates conduzidos por movimentos sociais e pela comunidade científica, centrados na **desfossilização da matriz energética** e na **contenção do desmatamento**, permaneceram à margem das deliberações formais da COP30. Tais discussões, embora não incorporadas de maneira robusta ao pacote de acordos, são fundamentais para o enfrentamento estrutural da crise climática e para a contenção do aquecimento global.

A proposta de criação de um **“Mapa do Caminho”**, que estabeleceria projetos e metas concretas para a redução do uso de combustíveis fósseis em escala planetária, não foi acolhida pelos países participantes da cúpula. Nesse sentido, observa-se que o “Pacote de Belém” delinea alternativas mitigadoras, porém de caráter moderado, evitando medidas mais radicais. Para a ciência e para segmentos da sociedade civil engajada, é evidente que o **modo de produção capitalista** precisa ser questionado e deslegitimado, uma vez que sua lógica de acumulação inviabiliza a sobrevivência das espécies no planeta.

Além disso, o evento foi permeado por críticas e por visões de caráter colonialista. Houve tentativas de desacreditar a capacidade da Amazônia brasileira de sediar a conferência, muitas delas sustentadas por narrativas de **racismo ambiental** e **xenofobia** — como ilustrado nas declarações do chanceler alemão Friedrich Merz (BBC News Brasil, 2025).

Do ponto de vista urbano, embora investimentos tenham sido destinados à revitalização de Belém, os impactos sociais das obras foram sentidos pela população, reforçando que a própria realização da COP produz efeitos socioambientais contraditórios (Melo, 2025).

Apesar disso, destacou-se o protagonismo da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais — indígenas, de mulheres, ecológicos, feministas, LGBTQIA+, movimentos de crianças e adolescentes — cuja participação plural se expressou em conferências, mesas, intervenções artísticas, mostras e atos públicos com destaque para a Marcha pelo Clima que reuniu aproximadamente 70 mil pessoas.

Nesse mosaico de vozes, a pauta das infâncias e adolescências apareceu direta e transversalmente, e destaco aqui, a **Cúpula dos Povos/2025**, com uma programação específica, protagonizada pelos movimentos sociais, cuja culminância foi a elaboração da **Carta das Infâncias**, documento oficial que reivindica o direito das crianças de serem ouvidas e de participarem das decisões políticas que impactam seus territórios e seu futuro. Sob o título **“Bem Viver e Justiça Climática: só com a Participação de Crianças e Adolescentes! Belém – Pará – Brasil”** transcrevo a carta na íntegra, pois trata-se de um documento que materializa a voz e a vez das infâncias. Vejamos:

Carta das Infâncias na Cúpula dos Povos 2025 Bem Viver e Justiça Climática: só com a Participação de Crianças e Adolescentes! Belém – Pará- Brasil Somos crianças e adolescentes de muitos lugares do Pará, da Amazônia e de outras partes do Brasil e do mundo. Viemos de lugares quentes, bairros apertados, ilhas, comunidades ribeirinhas, territórios indígenas e quilombolas, cidades grandes, casas simples e escolas que nem sempre têm sombra e ventilação. Nos juntamos na Cúpula das Infâncias para conversar sobre uma questão que impacta nossas vidas todos os dias: O CLIMA. Decidimos escrever esta CARTA porque queremos que o mundo escute a nossa voz; e o que sentimos no nosso corpo e no nosso dia a dia! O calor está muito forte. De verdade. Tem dia que

a gente sente dor de cabeça, tontura, vontade de desmaiar. Tem criança que não consegue brincar no sol, estudar na sala quente, caminhar na rua cheia de poeira. Tem escola que não tem árvores para fazer sombra. Tem bairro onde o vento quase não passa. SENTIMOS TRISTEZA QUANDO VEMOS: Árvores caindo Fumaça das queimadas Rios com lixo Animais sofrendo A floresta diminuindo Pessoas ficando doentes por causa do calor e da poluição. TUDO ISSO MEXE COM A GENTE! Mexe tanto que alguns de nós desenhamos o que sentimos: árvores grandes coloridas, crianças brincando sob o sol, rios azuis, passarinhos voando, casas cercadas de plantas, florestas pegando fogo, placas dizendo “CUIDE DA NATUREZA”. Esses desenhos são um jeito de falar aquilo que a nossa boca não consegue. POR QUE NOS IMPORTAMOS COM O CLIMA? Nos importamos porque a NATUREZA é a nossa casa e muito mais... Nós somos natureza, o planeta é natureza. A natureza é tudo! Somos muito jovens e queremos ter um FUTURO BONITO para viver, mas também queremos AGORA! Queremos continuar estudando, jogando bola, brincando, plantando, nadando, indo aos lugares que gostamos. Queremos que os animais e as florestas continuem existindo! E DIZEMOS: A morte da FLORESTA é o fim da nossa vida Não pode ATIRAR E MATAR OS ANIMAIS O calor afeta a SAÚDE das pessoas. Sem a natureza não existe HUMANIDADE A gente respira o AR das matas e dos rios. As mudanças climáticas deixam CRIANÇAS DOENTES Temos que cuidar e proteger a AMAZÔNIA Nós queremos PLANTAR mais árvores. Nos IMPORTAMOS porque moramos aqui TODOS NÓS CONCORDAMOS COM UMA COISA: Não queremos crescer num mundo destruído! Não estamos pedindo, mas reivindicando nossos direitos. Queremos que cuidem do planeta como se fosse uma criança: viva, precisando de atenção! AQUI ESTÃO NOSSAS PROPOSTAS: Temos que plantar mais árvores, muitas árvores, em toda parte Parar o desmatamento e as queimadas Ter lugares para jogar o lixo certo Limpar os rios e os mares e proteger os peixes Cuidar dos animais que estão perdendo suas casas Ensinar nas escolas sobre o meio ambiente, com práticas e professores preparados. Meio ambiente como parte da política de saúde. Ouvir as comunidades que estão na floresta Participação real das crianças e adolescentes nas decisões políticas. Os adultos devem fazer sua parte, porque estamos fazendo a nossa. Os adultos devem ouvir as crianças — PORQUE MANDAM A GENTE CALAR A BOCA QUANDO TENTAMOS FALAR. POR QUE CONSTRUÍMOS ESTA CARTA? Porque acreditamos que nossa voz precisa chegar ao mundo todo. A COP30 é grande, e a nossa esperança também! Não temos poder, dinheiro ou cargos importantes. Mas temos o FUTURO E O PRESENTE! EXIGIMOS Ajuda para proteger a Amazônia Para cuidar da Terra Para que as próximas CRIANÇAS E ADOLESCENTES não tenham medo do calor, da fumaça, da falta d’água, da extinção dos animais Para que elas

possam desenhar florestas vivas — não florestas morrendo. Somos muitos e muitas: crianças e adolescentes de zero a 17 anos. Cada uma com um jeito, um desenho, uma fala, um sonho. Mas todas com o mesmo IDEAL! Cuidem do nosso planeta agora. Queremos continuar vivos e vivas! Crescer num mundo bonito, num mundo que ainda respire. Com esperança e sem medo! Crianças e Adolescentes da Cúpula das Infâncias Belém, 15 de novembro de 2025. (Cúpula das Infâncias. Belém, 2025)

Há, portanto, sinais de esperança nos ecos dessas multi-vozes acima parafraseadas, há esperança na consolidação de políticas de defesa territorial, como a assinatura de vinte e oito decretos de reconhecimento de terras quilombolas e vinte demarcações de Terras Indígenas. Entretanto, é necessário consolidar políticas intersetoriais que integrem ciência, gestão pública e participação popular, assegurando acesso universal à água potável, saúde, educação e lazer, ao mesmo tempo em que se reconheça o papel estratégico dos territórios indígenas e quilombolas para o equilíbrio socioambiental e para a justiça climática.

Por fim, ao completar 35 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma sua importância como instrumento jurídico e político de defesa das infâncias brasileiras, especialmente aquelas que vivem em territórios historicamente vulnerabilizados e, celebrar a maturidade do ECA sob o calor da COP30 é um ato de resistência que ratifica o compromisso de seguir na luta pela proteção integral dos direitos de nossas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena reúne lideranças na Uepa**. 12 nov. 2025. Disponível em: *Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena reúne lideranças na Uepa | Agência Pará*. Acesso em: 2 dez. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **COP30 é encerrada com o Pacote de Belém aprovado por 195 países**. 23 nov. 2025. Disponível em: *COP30 é encerrada com o Pacote de Belém aprovado por 195 países — Secretaria de Comunicação Social*. Acesso em: 2 dez. 2025.

BBC NEWS BRASIL. **Líder alemão diz ter ficado feliz ao ir embora de Belém; prefeito chama fala de “arrogante e preconceituosa”**. São Paulo, 17 nov. 2025. Disponível em: *Chanceler alemão diz ter ficado feliz ao ir embora de Belém; prefeito chama fala de ‘arrogante e preconceituosa’ - BBC News Brasil*. Acesso em: 2 dez. 2025.

CASTRO, Cássia Danielle Guimarães; COSTA, Amanda Cristina Ribeiro da; RAMOS, Tayane Mariza Nascimento. Infância na Amazônia: reflexões a partir da perspectiva étnico-racial. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 18., 2024, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Abepss, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02174.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CÚPULA DOS POVOS RUMO À COP30. **Carta das Infâncias na Cúpula dos Povos 2025**. Belém, PA, 2025. Disponível em: *Carta das Infâncias na Cúpula dos Povos 2025 — Cúpula dos Povos*. Acesso em: 2 dez. 2025.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Casa da COP do Povo tem inscrições abertas para eventos antes e durante a COP 30**. 18 set. 2025. Disponível em: *Casa da COP do Povo tem inscrições abertas para eventos antes e durante a COP 30 - Comissão Pastoral da Terra — CPT*. Acesso em: 2 dez. 2025.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Questões étnico-raciais e o Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) brasileiro: um debate necessário.** In: MELO, Kátia Maria dos Santos; et al. (org.). **Conexões continentais Portugal - Brasil: Amazônia e as questões socioambientais globais** [livro eletrônico]. 1. ed. Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2025.

MELO, Kátia Maria dos Santos; et al. (org.). **Conexões continentais Portugal - Brasil: Amazônia e as questões socioambientais globais** [livro eletrônico]. 1. ed. Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2025.

MELO, Kátia Maria dos Santos. **Faces da Questão Social no contexto socioambiental:** a produção de energia e os impactos na sociobiodiversidade da Amazônia Brasileira Oriental. In: MELO, Kátia Maria dos Santos; et al. (org.). **Conexões continentais Portugal - Brasil: Amazônia e as questões socioambientais globais.** 1. ed. Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2025.

MELO, Kátia Maria dos Santos. **Lutas sociais e resistências na área de influência da usina hidrelétrica de Belo Monte:** a Amazônia no cenário da mundialização do capital. 2016. 268 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MELO, Kátia Maria dos Santos. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense.** *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 188-197, 2021.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – Fapespa. **Nota Técnica: A Conjuntura Demográfica Indígena Paraense no Censo 2022.** Belém, PA, 2024. Disponível em: *Nota-Tecnica—A-Conjuntura-Demografica-Indigena-Paraense-Versao-Publicacao.pdf*. Acesso em: 2 dez. 2025.